

HABEAS CORPUS Nº 492.718 - RJ (2019/0038577-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ANTONIO LUIZ SARRAF DE SOUZA

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME ABERTO. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DA PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO NÃO CONFIGURADA. EXISTÊNCIA DE CASAS DE ALBERGADO NO ESTADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Neste *writ*, ataca-se o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no Agravo de Execução Penal n. 0228333-43.2018.8.19.0001. Ali, a Oitava Câmara Criminal decidiu dar provimento ao recurso do Ministério Público para cassar a decisão do Juízo da Execução que autorizou, mediante condições, o benefício da prisão domiciliar a **Antonio Luiz Sarraf de Souza** (PEC n. 0259152-90.2000.8.19.0001). Eis a ementa do julgado (fls. 186/187):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. INCONFORMISMO MINISTERIAL COM A DECISÃO QUE CONCEDEU AO APENADO A PROGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL DE CUMPRIMENTO DE PENA, DO SEMIABERTO PARA O ABERTO, SOB A MODALIDADE DE PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO, EM VIRTUDE DE INSUFICIÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO (CASA DO ALBERGADO) PARA CUMPRIMENTO DA MEDIDA.

AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

Agravo interposto pelo órgão ministerial, visando a reforma da decisão judicial que deferiu ao agravado/apenado, a progressão do regime prisional, do semiaberto para o aberto, em prisão albergue domiciliar, sob o

fundamento de não haver vagas em casa de albergado, com monitoramento eletrônico, somados à outras condições.

O cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime de cumprimento aberto, realizado na modalidade prisão albergue domiciliar, constitui exceção no ordenamento jurídico, devendo ser aplicado apenas aos casos nos quais se prejudica a finalidade de ressocialização e inserção gradativa do apenado na sociedade, nos termos do art. 117 da LEP.

Nesse contexto, inobstante a excepcionalidade legal e em homenagem a *mens legis* da Lei de Execuções Penais, a jurisprudência pátria tem admitido que em determinadas situações, notadamente a inexistência de Casa de Albergado, na comarca de residência do apenado, o que dificultaria sua gradual reinserção social, pode-se conceder a prisão albergue domiciliar. (sublinhamos)

No entanto, não é este o caso trazido aos autos, sendo certo que, conforme apontado na decisão judicial agravada, o apenado possui domicílio neste município (São Cristóvão) do Rio de Janeiro, e, sendo assim, não existe óbice para que o mesmo cumpra o restante de sua pena reclusiva, em unidade prisional compatível com o regime aberto (Casa de Albergado), situado nesta cidade, no bairro de Benfica. Precedentes jurisprudenciais.

Registre-se que a fundamentação genérica utilizada pela douta magistrada esbarra com o que prevê a Lei de Execuções Penais, sendo que, *in casu*, não resultou comprovado inexistir vagas no estabelecimento localizado no mesmo município de domicílio do apenado, Rio de Janeiro, pelo que incabível o cumprimento da pena no domicílio do réu agravado, eis que há Casa de Albergado no bairro de Benfica, sendo esta a orientação inserta no recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos Recursos Repetitivos (REsp 1710674/MG - Terceira Seção, julgamento em 22/08/2018, DJe 03/09/2018) da relatoria do Min. Reynaldo Soares da Fonseca).

[...]

Ante o exposto, vota-se pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO do agravo interposto pelo órgão ministerial, para afastar a decisão judicial agravada, decidindo-se que a pena privativa de liberdade seja cumprida, preferencialmente, na Casa do Albergado Crispim Ventino, em Benfica, determinando-se a expedição de Mandado de Prisão em desfavor do apenado, Antonio Luiz Sarraf de Souza, clausulado ao regime prisional aberto.

Alega a impetrante, em síntese, que deve ser respeitado o direito do apenado de cumprir a pena domiciliar, uma vez que não existe vaga na Casa de Albergado do Estado do Rio de Janeiro para o cumprimento de sua condenação compatível com o regime imposto na sentença (fl. 10).

Requer a concessão liminar da ordem para que seja restabelecida a decisão dada em primeiro grau.

É o relatório.

A ilegalidade passível de justificar a impetração do *writ* deve ser manifesta, de constatação evidente, o que, na espécie, não ocorre.

Ora, a Corte local afirmou que *não restou comprovado inexistir vagas no estabelecimento localizado no mesmo município de domicílio do apenado, Rio de Janeiro, pelo que incabível o cumprimento da pena no domicílio do réu agravado, eis que há Casa de Albergado no bairro de Benfica* (fl. 198).

E, sobre o tema, esta Corte Superior já se manifestou no sentido de que *é indevida a concessão de prisão albergue domiciliar em hipótese na qual a Corte Estadual informa que o Estado dispõe de instituição compatível com o cumprimento da pena em regime aberto* (AgRg no HC n. 357.899/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 2/3/2017). Nesse sentido, ver também o HC n. 398.794/RJ, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 21/11/2017.

Observe que esta não é a via adequada para se desconstituir o que foi decidido pelo Tribunal estadual com base no conjunto probatório constante dos autos.

Diante do exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator